

# Em Pauta

O processo legislativo do Senado a serviço da cidadania

20 a 24 de agosto de 2007 – Nº. 16

## O Senado e os movimentos municipalistas

O Senado Federal tem uma tradição de reconhecimento da importância do poder local. Assim, em 2005, foi criada a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, presidida pelo Senador Cícero Lucena, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, justamente para institucionalizar esse diálogo.

E é na continuidade dessa tradição de diálogo que a Casa sediará, no próximo dia 29 de agosto, no Auditório Petrônio Portela, uma mobilização nacional de prefeitos, promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). Há oito temas agendados na pauta do evento, sendo que alguns deles passam por proposições em tramitação no Senado.

O primeiro consiste na regulamentação da Emenda Constitucional nº. 29, de 2000. Isso significa a aprovação de projeto de lei complementar que regulamente a aplicação dos recursos financeiros na saúde, com destaque àqueles destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O segundo tema é o aumento de um ponto percentual na participação municipal, no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Essa matéria chegou ao Senado em 20 de agosto, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 75, de 2007, sendo imediatamente distribuída para a apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A regulamentação dos precatórios, o terceiro tema, também passa por uma PEC no Senado. De fato, a PEC nº 12, de 2006, é de autoria do Presidente da Casa, o Senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Essa PEC também se encontra na CCJ, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

O quarto e o quinto temas – o piso nacional dos professores e o transporte escolar já foram debatidos no Senado, por ocasião da regulamentação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico (Fundeb), devendo novamente ocupar destaque nas comissões pertinentes, em razão das adequações necessárias.

A emancipação municipal, outro assunto do evento, conta com a PEC nº 12, de 2004, do então Senador Luiz Otávio, ora tramitando na Câmara dos Deputados, como PEC nº 495, de 2006. Vale também mencionar o veto presidencial ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 184, de 2002 – Complementar, que regulamenta o dispositivo constitucional sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios.

Em suma, o seminário municipalista do próximo dia 29 de agosto é um bom exemplo dos vínculos entre as atividades e as parcerias desenvolvidas pelo Senado Federal para fortalecer os laços com o restante da sociedade, especialmente as autoridades ligadas aos poderes locais.